

ENTRE A LITERATURA IMPRESSA E A DIGITAL

Dagoberto Buim Arena¹

Resumo: Para entrar no debate a respeito da disputa entre livros impressos ou digitais de literatura para crianças, o artigo investe na tese de que os livros dispostos em dois suportes terão seus espaços de convivência, tal como o manuscrito conviveu com o tipográfico; de que essa convivência está apoiada no princípio da diversidade; de que o processo de dessacralização da obra literária é intrínseco ao digital, enquanto o impresso tende, progressivamente, a sacralizá-la; de que esse movimento contraditório de sacralização e de dessacralização se funda no princípio do valor agregado de mercadoria. Para auxiliar o autor a defender essa tese foram chamados Umberto Eco, Jean-Claude Carrière, Roger Chartier, Henri-Jean Martin e Claire Butarret.

Palavras-chave: Literatura infantil; Livro impresso; Livro digital; Sacralização; Dessacralização.

Between printed literature and digital literature

Abstract: To enter into the debate about the dispute between printed and digital books of children's literature, the article invests in the thesis that books arranged in two supports will have their coexistence spaces, just as the manuscript coexisted with the typographic; that this coexistence is based on the principle of diversity; that the process of desacralization of the literary work is intrinsic to the digital, while the print tends, progressively, to sacralize it; that this contradictory movement of sacralization and desacralization is based on the principle of added value of merchandise. Umberto Eco, Jean-Claude Carrière, Roger Chartier, Henri-Jean Martin and Claire Butarret were called to help the author defend this thesis.

Keywords: Children's Literature; Printed book; Digital book; Sacralization; Desacralization.

INTRODUÇÃO

Desafiado pelas proponentes do dossiê que ocupa este número da revista *Texturas* a abordar o tema liso e imprevisível das obras literárias para crianças criadas para serem recebidas pelo papel, optei pelo caminho da relação entre dois objetos de criação humana para melhor compreendê-los. Esta opção decorre de minhas próprias incertezas, de minhas inseguranças, da incapacidade mesmo de fazer previsões, mesmo que precárias, a respeito da circulação do livro impresso

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9285-6487>. E-mail: dagoberto.arena@unesp.br

em papéis ou projetados em tela, e o desenvolvimento de intenções, desejos, gestos e emprego do tempo do leitor para os próximos dez anos.

Para dar conta da tarefa, fiz outra opção. Em vez da elaboração de um artigo acadêmico, estilisticamente bem enquadrado por estruturas conservadoras de encadeamento rigoroso, me enfio por estas páginas sem muitas amarras, a caminho do exercício de uma certa liberdade, nos limites que o adjetivo *certa* me concede. Essa escolha tem a ver com a minha intenção de revisitar obras já lidas para retomar o tema, e, com elas, rever olhares, arriscar prospecções e dialogar com autores, especificamente no campo histórico. O princípio dialógico e o do contraponto me guiam, pela história, para me encontrar com o presente e arriscar prenúncios para um futuro curto, bem curto.

Guardo a intenção de elaborar um ensaio, não muito sisudo, pelo qual defenderei a tese de que a leitura da literatura infantil impressa permanecerá disponível para poucas crianças nas próximas décadas, dentro e fora da escola, devido a seu custo crescente e a sua permanente aura de sacralização, mas o livro digitalizado, exposto na tela, poderá democratizá-la, dessacralizá-la em escolas de crianças pobres.

Fui ao encontro de referências no campo dos estudos históricos de livros, de seus amantes que iluminam o seu percurso e dos anúncios de seu futuro. Embora essa incursão tenha sido no mundo dos livros, minha intenção, como registrei, é de, a partir dela, prenunciar o futuro das obras de literatura infantil. Saí à caça de grifos em minha própria biblioteca, formada moeda a moeda desde os tempos de estudante de graduação em letras entre 1969 e 1972. O primeiro encontro foi com Umberto Eco e seu *Apocalípticos e integrados*, por mim adquirido em 1970. O encontro não se deu por acaso, com olhares jogados ao sabor das lombadas, mas orientado pela relação conflituosa entre anunciadores do fim do livro impresso, ou mesmo do livro, e os que aderem ao livro eletrônico, cuja origem atávica é exposta por Eco.

Comecei por ele, mas logo participei do seu encontro, culturalmente estonteante, que manteve com Jean-Claude Carrière em *Não contem com o fim do livro*, publicado na França em 2009 e no Brasil um ano depois.

Introduzo dados de Eco (1932-2016) para situar o leitor: escritor, filósofo, semiólogo, linguista e bibliófilo italiano, titular da cadeira de Semiótica e diretor da Escola Superior de ciências humanas na Universidade de Bolonha. E outros

de Carrière (1931-2021): roteirista, escritor, diretor e ator francês, colaborador do diretor Luis Buñuel e bibliófilo, como Eco.

Visita obrigatória fiz a Roger Chartier ao entrar pelas páginas de uma entrevista concedida a um repórter brasileiro quando de sua visita à Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em 2001. Em 1997, havia publicado na França *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, publicado aqui dois anos depois.

Em seguida, fui ao encontro de um livro fantástico, por mim adquirido na Biblioteca Nacional da França, em 2014, quando de meus estudos na Paris IV, com bolsa FAPESP. Trata-se de um volume generoso no tamanho e no conteúdo, ricamente ilustrado, de *Histoire de l'Écriture: de l'ideogramme au multimédia*, organizado por uma amante dos livros, da leitura e das inovações tecnológicas, Anne-Marie Christin (1942-2014), nascida na Argélia, radicada na França. Nessa busca, encontrei-me com Claire Butarret e Henri-Jean Martin, dois estudiosos contemporâneos.

No diálogo que com eles manterei para encaminhar bem a tese que anunciei, terei o descuidado de deixar-me arrastar para observações próprias, em um movimento de ir e vir na linha do tempo, dos comportamentos, das minhas vivências e de minhas experiências como professor e como escritor de dois livros de literatura para crianças.

O SUPOSTO FIM DO LIVRO (DE LITERATURA)

A abordagem deste tema se revela genérica se o olhar se limitar ao objeto cujo formato e conteúdo lhe atribuem o conceito *livro*. Desde as tabuinhas alinhadas, plaquinhas de argila encordoadas, rolos de papiro, peles de velino, papel e tela, entre dedos, penas, tipos móveis, linotipos, off-set e impressoras, essa criação humana, o livro, não sucumbiu a alguma dessas tecnologias. Ao contrário, sempre ganhou mais vida, porque conquistou mais circulação, mais olhos, mais leitores. Ele, lado a lado com técnicas, continuou a viver a escrita, reconfigurada à exaustão pelas tecnologias que deram e dão a ela a sobrevivência eterna. A escrita como imagem e as próprias imagens começaram um encontro fecundo na história pelos livros de literatura que ainda encham olhos de crianças deste mundo digital profundamente semiótico.

No prefácio da obra de Eco-Carrière, Jean-Philippe de Tonnac anuncia que ambos foram chamados a conversar em razão de um traço que os unia: a paixão

por livros antigos, pelo faro de colecionadores, pelo amor aos incunábulos e pelo possível receio de que esses objetos, circulantes apenas em telas, não serão guardados em bibliotecas, mas em mídias irreproduzíveis e ilegíveis no futuro. Ao tomar os comentários dos entrevistados, Tonnac afirma que as experiências de ambos, como “bibliófilos – colecionadores de livros antigos e raros, pesquisadores e farejadores de incunábulos – os faz antes aqui considerar o livro, como a roda, uma espécie de perfeição insuperável na ordem do imaginário”. (ECO-CARRIÈRE, 2010, p. 9). Como a criação da roda, a criação do livro, a sua gênese, impede que seu DNA seja destruído. Afirma Tonnac: “O livro aparece aqui como ‘roda do saber e do imaginário’, que as revoluções tecnológicas anunciadas ou temidas, não deterão”. (ECO-CARRIÈRE, 2010, p. 9).

Eco amplia a comparação entre o livro e outras criações da cultura humana que, como ele, pretendem-se imortais pela função ajustada à forma, como são a colher, o martelo e a tesoura. Todos, como o livro, não tiveram suas funções modificadas. “As variações em torno do objeto livro não modificaram sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos” (ECO-CARRIÈRE, 2010, p. 16), insiste ele, do alto de sua sabedoria.

Ao ler a afirmação de Eco, jogo meu olhar em direção a um livro que repousa em minha biblioteca, adquirido por mim e minha esposa quando da segunda visita que fizemos à Biblioteca Humanista de Sélestat, na região da Alsácia, na França, em 2018. O mesmo desejo bibliófilo de Eco e Carrière persegue também pequenos pesquisadores farejadores como eu. O livro faz parte de uma edição de 2000 exemplares, de 1994, impresso pela primeira vez em 1094, em latim, que guarda narrativas de milagres de Sainte Foy de Conques. As manchas amareladas do pergaminho original, as enormes iniciais coloridas, os graciosos traços da mão do monge copista, as rasuras no suporte, os espaçamentos entre as palavras conquistados no século X estão diante dos meus olhos mil anos depois de seu nascimento. Não são, portanto, apenas quinhentos anos, como alerta Carrière (2010, p. 24) mais abaixo. São mil e me encantam, embora não possa, por incompetência, ler o latim:

Portanto, ainda somos capazes de ler um texto impresso há cinco séculos. Mas somos incapazes de ler, não podemos mais ver, um cassete eletrônico ou um CD-ROM com apenas poucos anos de idade. A menos que guardemos nossos velhos computadores em nossos porões.

O diálogo entre esses dois pesquisadores rolava em 2010, 13 anos antes deste ano em que escrevo este ensaio. Nesse período, o CD-ROM desapareceu,

cedeu lugar ao pen-drive, que cedeu lugar ao drive alojado nas nuvens em algum lugar do planeta. Dois ou três anos são suficientes, graças ao princípio da efemeridade que rege a criação tecnológica do mundo digital, para fazer desmoronar o local onde são guardados os livros. Não é o livro que se esvanece, mas o caminho por onde a ele se poderia chegar. Ele continua, imortal em sua função e forma, como há mil anos.

Seis anos antes de sua morte, Eco relata como se meteu entre livros na infância, os livros físicos. Conto rapidamente com o intuito de me perguntar. Se não houver livros de literatura físicos na vida de uma criança, como poderá fazer nascer com eles a mesma relação de paixão que brotou em Eco? Seu avô paterno, tipógrafo, militante político, após a aposentadoria se dedicou a encadernar livros, na maioria ilustrados, livros eróticos, de viagens, romances populares. Morto o avô, os livros não reclamados ficaram para o filho, pai de Eco com 13 anos. Eco leu muito no porão onde estavam as caixas, emprestou outros tantos que, por serem emprestados, nunca mais voltaram e lamenta-se: “Para reconstituir minha biblioteca infantil, tive de pesquisar durante anos nos buquinistas e nos sebos, e ainda não terminei...” (ECO-CARRIÈRE, 2010), p. 237). Não concluiu a tarefa, certamente.

Nos computadores, nos *pen-drives*, nos *drives* não há porões, nem exposição de livros para escolhas. Há livros que necessitam de eletricidade, tela, aplicativos, programas e intenções precisas de busca para ressurgirem da codificação enigmática que os reduz. Aflora-me, por isso, uma dúvida. O livro físico ou o codificado nos fundos de um programa são ambos livros, em sua função e formato quando estão diante dos olhos de uma criança, mas os primeiros contatos que geram a relação apaixonante podem ser iniciados pelas telas ou somente nascem com os livros físicos? Seriam eles o ponto ainda necessário de partida em direção ao eletrônico, sem que sejam, creio, eliminados pelo outro como em um *game*, porque não disputariam predominâncias, mas convivências em espaços específicos, em tempos específicos, em situações específicas?

Ao introduzir a entrevista com Chartier, mencionada na Introdução, em 2001, o jornalista Ubiratan Brasil informava que uma notícia anunciada com pompa quando da segunda edição do *Electronic Book*, salão do livro eletrônico, em Washington, em 1999, previa o desaparecimento das edições em papel, cujo símbolo seria a última edição do *The New York Times* em 2030. Escrevo em 2023 e não há sinais no horizonte que indiquem a confirmação da previsão. Ao

ouvir a referência a isso, Chartier fez um comentário simples, direto e preciso: “O texto vive uma pluralidade de existências: a eletrônica é apenas uma delas”. (ESTADO, 2001, p. D5).

Embora se refira a textos em vez de livros, a resposta os envolve e os diversifica na forma e na circulação. A diversidade e metamorfose dessa criação humana os impede de morrer. São formas múltiplas, suportes diversos, públicos distintos, associações a tecnologias antigas que permanecem e novas que se metamorfoseiam em curtos tempos. A literatura infantil, um gênero entre tantos que se abrigam no livro, sofre essas metamorfoses que a ela dão mais vigor, vida, maior circulação e mais leitores.

Para Chartier, não basta abrir duas categorias para enfeixar o debate: impresso ou eletrônico. Há um traço incontornável, impossível de ser desprezado nessa configuração – o gênero. Ele entende que

O importante é reconhecer a adequação (ou inadequação) entre tal e tal gênero textual e tal e tal forma de livro. Os leitores eletrônicos leem com proveito e velocidade as vozes desvinculadas de uma enciclopédia, mas preferem o livro impresso para a novela, o ensaio ou a história. (ESTADO, 2001, p. D5).

A redução da categorização do livro a apenas dois de seus suportes agride a sua própria história e as suas metamorfoses, que se manifestam de acordo com os tempos, com as tecnologias, com sua circulação e com os modos redesenhados de ler, com gestos, posturas corporais e atitudes intelectuais as mais diversas. Houve, e continua a haver, uma simbiose entre suporte, forma e gênero. Esse vínculo, contudo, não exige a fidelidade do gênero ao suporte, nem à forma. A literatura infantil, criação dos últimos dois séculos, apalpa e tateia o horizonte para encontrar não apenas um caminho, mas a diversidade de suportes, formatos e modos de circulação.

Tal como apontou Chartier, o crucial é reconhecer a adequação, mas é necessário aprofundar mais esse conceito de adequação. A adequação não se limita a suporte, forma e gênero, mas a circunstâncias, intenções, abrangência de público de uma só vez ou em encontros solitários. Nada pode ser visto sob uma visão maniqueísta, nem mesmo dual. As adequações são o traço da diversidade e da convivência plural de existências das criações ideológicas humanas. O núcleo da dissolução das referências do leitor não se situa propriamente no tipo de suporte, mas no conceito de obra, antes apoiado no critério da visibilidade e

perceptibilidade tátil, agora também em critérios virtuais, em arquivos fora dos olhos e das mãos do leitor.

Construído manualmente pelos traços manuscritos e, a partir de Gutenberg, construído manualmente pela organização dos tipos móveis em uma chapa, o livro (o de literatura e depois o de literatura infantil) solicita, para ganhar vida, o desenvolvimento intelectual de homens e de crianças por meio de crescente alfabetização e de formação de um público mais amplo do que o que consumia o manuscrito antes do século XV. Como sempre em situações em que há uma relação intrínseca de reciprocidades entre objetos e atitudes, há razão para me interrogar se seria o desenvolvimento da alfabetização o evento que teria promovido a expansão do livro de literatura infantil ou teria sido o próprio livro e o seu papel mediador de cultura que teriam sido o motor da necessidade de alfabetização. O pensamento de Eco resvala por este campo:

Um objeto de série que deve conformar a própria linguagem às possibilidades receptivas de um público alfabetizado, agora (e graças ao livro, cada vez mais) mais vasto do que o manuscrito. E não só isso: o livro, criando um público, produz leitores, que, por sua vez, o condicionarão. (ECO, 1970, p. 12).

Se o livro produz leitores, o livro de literatura infantil nas escolas, o físico e o digital, é fonte de formação de leitores. Não são, portanto, as escolas as proprietárias de formação de leitores, mas essa formação resulta da relação entre pessoas, as mais velhas e as mais jovens ao redor de um gênero, a literatura infantil, que se aninha em suportes diversos, entre os quais as telas em aplicativos distintos.

A DESSACRALIZAÇÃO DO LIVRO

Como obra de arte, o livro de literatura infantil sofre o movimento de forças em contraponto: o da sacralização vinculado ao único, aos poucos e aos raros, e o da dessacralização, afeito à produção industrial, digital, que estilhaça o conceito do raro, do único, ou da edição limitada e de acesso dificultado para as massas que não podem adquirir a obra como mercadoria. O tema já havia sido enfrentado por Benjamim (2011) em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, nos anos 1970. O raro é para uns poucos, como os bibliófilos Eco e Carrière.

O livro de literatura infantil transita nos tempos atuais do campo da sacralização para o da dessacralização, no percurso do impresso para o digital, sem mutuamente se excluírem. O papel, como suporte, e o impresso como forma de inscrição, dão os contornos necessários para que seja preservada a aura do sagrado e, por outro lado, o afastamento inevitável das formas e circunstâncias que poderiam dessacralizá-lo.

Eu próprio vivi essa pressão entre duas forças e é deste lugar que olho para esse movimento. Em meados de 2022, finalizei a história *Mari, a mariposa, e Marieta, a borboleta* a que havia dado início há 36 anos e, com ela, propus a publicação à editora Pedro & João, que indicou uma ilustradora para compor o conjunto da obra e, por fim, o livro físico que faria circular nos limites das minhas relações. Dúvidas se instalaram em relação à forma: físico e digital, físico ou digital, apenas físico ou apenas digital. O lado conservador de meu pensamento me induziu a decidir pela obra física, apenas, porque o digital, gratuito, impediria a circulação do físico, com valor financeiro e com valor de arte. O valor financeiro não teria função outra senão a de recuperar investimento do autor, nestes tempos em que ele financia a sua própria obra. Interessado em fazer melhor circular, fiz contatos com um proprietário de uma loja que vende brinquedos e livros para que os fizesse circular. Afinal, o objetivo do autor é que o livro seja lido por crianças, e, no meu caso, por crianças pobres. Duas situações despiram-me da ingenuidade que eu alimentava. A primeira foi o anúncio do livreiro de que o livro seria vendido, graças à qualidade da impressão e das ilustrações (a qualidade do texto não fora objeto de atenção) por um valor perto de 100% do valor por mim proposto. Recusei a proposta porque isso impediria a aquisição por pais de crianças pobres. A segunda foi a constatação que mesmo o valor inicial, próximo ao custo da produção, era impeditivo para aquisição pelos professores de crianças pobres, que pediam prazo para o pagamento. O livro impresso se distanciava e se sacralizava em virtude do valor e da baixa capacidade de circulação.

Quais seriam os caminhos que poderiam levar a criança pobre e o professor das crianças pobres das escolas públicas ao livro de literatura infantil? Qual seria o caminho da democratização? Quais seriam os caminhos da dessacralização?

Em 2014, quando dos estudos de pós-doutorado na Paris IV, visitamos semanalmente, minha esposa e eu, durante quatro meses, uma escola de aplicação. Um computador projetava na tela um livro didático com um fio condutor apoiado em livro de literatura infantil que contava as aventuras de uma galinha em uma nau de Colombo em sua viagem para a América. As crianças se

encantavam com a história, mas se decepcionavam com os adjetivos, artigos e substantivos com que conviviam aos tapas no livro didático. Eu já tinha ensaiado em uma escola de minha cidade, anos antes, a apresentação de livros em pdf para crianças pobres em *tablets*, na esperança de que pudessem ler livros baixados sem custo. A experiência não frutificou, porque os livros eram digitalizados, fora do formato eletrônico de e-books.

Em 2022, período pós-pandêmico, escolas públicas, municipais e estaduais no estado de São Paulo, receberam grandes Tvs Smarts plugadas na internet. O que eu presenciara em Paris, de modo limitado, poderia ser experimentado aqui. Essas circunstâncias me desarranjaram atitudes e comportamentos que eu nutria em relação à circulação de livros, à sacralização e à dessacralização. Se a intenção do autor não é a de auferir lucros, mas de dar a conhecer sua criação a professores pobres e a suas crianças pobres, há caminhos a descobrir. O livro impresso, um exemplar adquirido pelo professor, é ouvido, mas não lido pelas crianças. Na condição de autor, recebi a informação de professores de que tinham lido o livro para as crianças e que tinham gostado de ouvir. Eles não leram; ouviram. Ouvir não é ler. Não há formação de leitor de livros de literatura infantil apenas com a audição de histórias lidas por um adulto.

Uma professora, ciosa da formação de seus alunos, adquiriu 13 exemplares de minha obra, um para cada dupla de alunos, para que pudessem ver a história, ver as ilustrações, ver o livro e manuseá-lo. Caso raro. Em salas de aula, um livro de literatura infantil adquirido por uma professora pobre é sempre dado a ouvir, não a ver, mas as circunstâncias tecnológicas existentes nas escolas podem alterar a circulação e dessacralizar a literatura impressa e fazê-la conviver com a digitalizada. Na tela, todos os alunos podem ver a obra ao mesmo tempo, em situação democratizante; nas mãos da professora, podem ouvi-la; em suas mãos, eventualmente, podem também vê-la. Ouvir ou ver, esta parece ser uma questão a ser enfrentada com apoio do digital.

O debate, entretanto, não se limita a ouvir ou ver. Estão em jogo mentalidades históricas que se repelem, equivocadamente. Refiro-me *aos apocalípticos* e *aos integrados* que ocuparam o pensamento de Eco nos anos 1970.

CÉTICOS E ENTUSIASTAS

Os céticos, os que repudiam as conquistas tecnológicas, nunca abandonaram o mundo da cultura escrita. Acompanharam, com ceticismo, um percurso, quando se toma a Idade Média como referência, desde os primeiros livros dos tipos móveis, desde a caneta de ponta metálica, desde a caneta esferográfica, desde a luta entre escrever com a mão e o bater as teclas em uma máquina de escrever, desde o papiro e o papel, desde o papel e as telas. Os céticos sempre recusaram inovações. Fazem parte do mundo dos desconfiados, dos historicamente míopes, cuja visão de vida na Terra não ultrapassa os poucos anos de sua existência.

Os entusiastas, em movimento inverso, aderem, aceitam as inovações e as julgam substitutas rápidas e diretas das criações humanas anteriores, guardadas e preservadas ao longo da história. São dois mundos criados por duas mentalidades que se tocam e se repelem. Há, contudo, nesse jogo maniqueísta entre o bem e o mal, outros dados: o da reprodutibilidade, o da circulação e o do acesso dos pobres aos bens culturais, tal como sugere Eco (1970, p. 11):

Mas este mundo que uns alardeiam recusar e outros aceitam e incrementam, não é um mundo para o super-homem. É também o nosso. Nasce com o acesso das classes subalternas à fruição dos bens culturais, e com a possibilidade de produzir esses bens, graças a processos industriais. A indústria cultural, como veremos, aparece com Gutenberg e a invenção da imprensa de tipos móveis, e mesmo antes.

Esse mundo dual apenas na aparência, entre céticos e entusiastas, não considera os pobres como pessoas que têm o direito de aceder aos bens culturais. A obra sacralizada permanece em poder do segmento que a criou, na falsa ideia de que apenas uma classe a cria, independente da outra. A criação da obra de arte, da literatura infantil, das ilustrações, da obra em sua totalidade, se situa na relação entre as classes, mas o pensamento conservador a expropria, a toma para si e, para consolidar sua posse, elege o suporte papel, o impresso, e a imposição de obstáculos de circulação, os valores altos, como instrumentos de domínio e de sacralização. O valor é o dado que seleciona e circunscreve a obra às crianças ricas com valor agregado pelas editoras, livrarias, livreiros e escolas que abrigam crianças cujos pais detêm alto poder aquisitivo.

Os tipos móveis provocaram a ruptura da sacralização própria do manuscrito no final da Idade Média. Os caracteres e as imagens digitais fizeram fissuras, na mesma proporção no final do século XX, na sacralização do

impresso. Do mesmo modo que os livros impressos de Gutenberg não enterraram os manuscritos, os livros virtuais não enterraram, nem enterrarão os impressos, mas há fissuras e há lugar para a diversidade. O mundo cultural é o ambiente do diverso, da convivência entre as criações circulantes em ambientes diversos, entre públicos diversos, de acordo com o valor, com as circunstâncias e com as tecnologias disponíveis em tempo e lugar específicos.

Como ensina Eco (1970, p. 19), o que “se censura ao apocalíptico é o fato de jamais tentar, realmente, um estudo concreto dos produtos, e das maneiras pelas quais são eles, na verdade, consumidos”. O cético nega porque vê substituição onde deveria ver o compartilhamento de criações durante longo tempo da cultura humana. Observar o produto *livro de literatura infantil* sem considerar os aspectos que o cercam, entre eles o de valor como mercadoria imposto pela indústria e pelo comércio, é alimentar a visão restrita de produto da cultura, normalmente criado pela burguesia, que dele se apropria e faz o cálculo da mais valia como valor agregado. O produto dessacralizado e de baixo valor, como é o livro eletrônico, é empurrado, pelo cético ou pelo comércio, para o mundo da subcultura à margem da cultura oficial ou da cultura reconhecida como a superior, porque

uma cultura burguesa - no sentido de que a cultura “superior” é ainda a cultura da sociedade burguesa dos últimos três séculos - identifica a cultura de massa uma “subcultura” que não lhe pertence, sem perceber que as matrizes da cultura de massa são ainda as da cultura “superior”. (ECO, 1970, p. 24).

Nos anos 1970, as polêmicas giravam em torno das comunicações de massa. Essa é a razão pela qual Eco também as debate. Esse tema não ocupa o mesmo lugar no palco da cultura 50 anos, mas o que fez a cultura digital senão popularizar, massificar e dessacralizar produtos protegidos sob o rótulo de originais por se inscreverem em suportes e formatos centenários pertencentes a uma classe e destinados a seus próprios consumidores? A pergunta incorpora - ela mesma - a resposta.

SUPORTES, FORMAS DE INSCRIÇÃO E IMAGENS

Martin (2012) se debruça sobre esse universo do livro, nada simplificado, que reúne o seu material de suporte, o seu formato, as suas técnicas - artesanais ou industriais - de construção física, as inscrições de caracteres - manuscritos ou tipográficos - e as imagens ilustrativas, cujo conjunto dá configurações específicas

a essa criação da cultura humana. Não fornece, entretanto, pistas para o debate em torno do valor da obra e de sua circulação. O debate se circunscribe em torno do formato, suporte e massificação, ou, dessacralização: “De maneira que, atualmente, o livro aparece ameaçado menos de desaparecimento que de dessacralização” (MARTIN, 2012, p. 369). Suponho que o não desaparecimento se vincularia ao impresso. Sua vida física seria durante longo tempo revitalizada, porque parte inesquecível da cultura humana. A dessacralização, por sua vez, teria lugar com o advento do digital, por remeter a temática para a democratização do acesso em virtude do baixo valor de venda, embora isso não seja abordado por Martin, nem por outros estudiosos que cuidam da perenidade ou efemeridade do livro impresso:

Concebido como o meio de se comunicar por excelência, objeto sacralizado como sempre foi, fixando no papel o pensamento a fim de fornecer a cada um o meio para uma reflexão crítica e um retorno a si mesmo, herdeiro de longas e múltiplas experiências e de um passado prestigioso, propondo ao homem atingir a perfeição de seu pensamento, o livro impresso reinará apenas em um período relativamente curto que se iniciou com Gutenberg. (MARTIN, 2012, p. 369).

Não há certezas em relação a que período curto se refere, se dezenas ou centenas de anos. Nem é possível suspeitar do desaparecimento do impresso. Contraditoriamente, a suposição de seu desaparecimento o sacraliza, como foram sacralizados os incunábulo. A dessacralização não é um processo próprio do livro impresso, mas do digital. O impresso, criação humana complexa, tende a assumir o lugar do único, do original, do verdadeiro, do papel, de matriz. A história do livro e seu percurso por máquinas industriais não passaram impunes à sanha dos céticos e apocalípticos que não aceitam a dessacralização, como não aceitam, em virtude da miopia histórica que os domina, o casamento consumado e o casamento desfeito entre o texto, a imagem, os suportes e as tecnologias que os recriam. O texto pleno de caracteres cedeu lugar aos espaços das ilustrações e suas técnicas, à flexibilidade, à diversidade que fundamentaram as bases para a criação de gêneros diversos e a dessacralização, como sugere Martin (2012, p. 368):

Por outro lado, a flexibilidade dos novos procedimentos de ilustração favorece um retorno à imagem que dá origem às histórias em quadrinhos modernas. Se bem que as revoluções estéticas que acompanham a fabricação industrial do livro, tornado objeto de grande série, provocam muitas reações por parte dos

conservadores que veem aqui, e não sem boas razões, uma dessacralização de um objeto altamente simbólico.

Novamente, o processo de dessacralização é abordado apenas pelo viés da tecnologia sem que o problema crucial, o do valor agregado ao impresso seja enfrentado. A dessacralização passa pelo digital porque barateia o custo e facilita a circulação. A elitização do livro impresso ou a preservação de sua aura sagrada não se manifesta por grandes atos, mas por gestos quase imperceptíveis ou falas aparentemente desinteressadas. Gestos de proteção contra riscos de agressão física, como o ato de encapar, de guardar bem no alto da estante, de proteger a posse com registros de devolução, os cuidados com reparos com fitas adesivas, as falas que recomendam cuidados, proteção, devolução, modos de folhear, locais para guardar, criam a aura sagrada para envolver o impresso, apenas, porque o eletrônico nada disso exige. O processo de sacralização e de dessacralização passa pelo material físico, de um lado, de valor agregado, e de outro, à criação virtual, digital, sem valor agregado.

TEXTO E IMAGENS: VÍNCULO INDISSOLÚVEL EM LIVROS PARA CRIANÇAS

Martin (2012) afirma que entre os séculos XVI e XVII houve um progresso visível no aspecto visual do registro do discurso em livros impressos com tipos móveis, mas essa forma de inscrição não era a única. Como sempre, havia o movimento histórico de inovações e de preservações, movido por forças em luta, alimentadas por apocalípticos e por integrados, por céticos e por entusiastas. Enquanto algumas obras espelhavam os avanços tecnológicos de reprodução de imagens em série, entremeadas com os enunciados lineares, “no século XVI, muitos livros continuaram a ser compostos de páginas cheias que se sucedem sem espaço branco, portanto sem alguma respiração”. (MARTIN, 2012, p. 363).

Essa situação de criação revela, além do confronto entre o novo e o consolidado, o princípio da diversidade no ponto de cruzamento entre tempo e espaço. Duas composições e suas variações se faziam circular para agradar a uns e a outros, sem que uma substituísse a outra. Do mesmo modo, como venho insistindo, o livro digital não substitui o impresso, porque partilha com ele tempos, locais e circunstâncias. E reforço: a obra final, digitalizada ou impressa, orienta a escolha das configurações, das fontes de caracteres, a elaboração das ilustrações, a composição global, porque o suporte e sua circulação não

determinam, mas orientam o processo de criação. Respeita-se, deste modo, o princípio da diversidade revelado nas composições do século XVI, ainda mantido. Há obras cheias, plenas de caracteres, para crianças, sem espaço para a respiração, na imagem de Martin, e outras, com bolsões de imagens, bem oxigenadas, com espaços de respiração. Martin (2012, p. 359) afirma que a imprensa revolucionou a relação entre o texto e a ilustração:

A técnica de gravura em madeira, nascida antes da tipografia, tinha provocado a multiplicação de livretos em que a imagem e o texto, realizados simultaneamente e da mesma maneira, estavam estreitamente misturados. De maneira que a atenção estava dirigida para a imagem e as poucas palavras que estavam gravadas de lado ou mesmo no interior dela tinham apenas um fim explicativo como se pode constatar, por exemplo, nas Bíblias dos Pobres ou nos Apocalipses figurativos que conheceram um imenso sucesso.

Com o emprego dos tipos móveis, a relação entre imagens e textos não poderia continuar sem abalos. Os espaços deveriam ser reservados, no início, para o trabalho do ilustrador artesão, mas, posteriormente, o desenvolvimento de técnicas permitiu a composição simultânea e misturada entre caracteres e clichês figurativos. A tecnologia, à medida que se desenvolve, altera as relações de destaque entre as imagens e entre imagens e texto. Essa constatação me remete a outra indagação, entre tantas que tenho deixado escapar: as relações entre texto e imagens nos livros eletrônicos não foi abalada pela tecnologia digital? Uma obra impressa para crianças deve ser ela mesma apenas replicada para circular no mundo digital ou deve obedecer a princípios distintos de composição? Não são a mesma obra em suportes diferentes, mas duas obras distintas, em virtude da composição, do suporte, da circulação e do modo de ver.

Ao estudar o percurso dos livros pela História, Bustarret (2012, p. 341) destaca o papel do processo de criação orientado pela visualização da obra final em um determinado contexto espaço-temporal de circulação: “as qualidades físicas do suporte e dos instrumentos interferem no curso da redação, às vezes sobre o plano material e sobre o plano semiótico”. Como sempre, a diversidade das composições, fundamentada em outro princípio, o da adequação às condições reais de existência, recomenda o respeito prévio do princípio de criação à materialidade do espaço e às composições plásticas alinhadas a um suporte específico. Novamente a diversidade ganha destaque:

A surpreendente diversidade dessas soluções nos lembra até que ponto a escrita não trabalha somente um material verbal e

conceitual: os traços se inscrevem na materialidade espacial e plástica de um suporte que participa do gesto criativo. (BUSTARRET, 2012, p. 347).

Eu acrescentaria a esse conjunto a que se refere Bustarret, o princípio do valor da obra, como já destaquei anteriormente, porque o conjunto final encarcera um valor financeiro intrínseco de produção e um valor agregado de lucro, uma vez que o livro impresso é uma mercadoria tangível, avaliada pelos olhos do comprador.

CONCLUSÃO

No percurso de elaboração deste texto, oscilante entre ensaio e artigo, ative-me a três placas que não me deixaram escapar da rota principal, sob o risco de perder-me nos atalhos que eu mesmo criava. A primeira alertava-me: Literatura impressa e a digital para crianças não se excluem. A segunda insistia: A dessacralização da literatura para crianças não passa apenas pelo suporte, mas também pelo valor agregado. A terceira, como pano de fundo, impedia a minha desorientação: A diversidade é a fonte da dessacralização.

Por estas placas caminhei, dialoguei com gente que já se foi e com gente que por aqui permanece, com a intenção de defender a tese postada no início, que aqui retomo: a leitura da literatura infantil impressa permanecerá disponível para poucas crianças nas próximas décadas, dentro e fora da escola, devido a seu custo crescente e a sua permanente aura de sacralização, mas o livro digitalizado, exposto na tela, poderá democratizá-la, dessacralizá-la em escolas de crianças pobres. Reconheço que a tese está impregnada por um tom profético, de alto risco, mas o tempo curto, de algumas décadas, talvez a esvazie de tons de profecia para preenchê-la com dados de realidade.

Por fim, lanço nas nuvens por meio desta revista não impressa, outra profecia, a de que as gerações de crianças dos próximos 10 anos criarão novas formas de ler literatura infantil e poderão escolher entre ler o impresso no papel e o digital na tela. A escolha, entretanto, será limitada pelo alto valor agregado ao impresso, como mercadoria física, e pelo baixo valor, ou nenhum valor, atribuído ao digital. Em qualquer situação, desenha-se a diversidade que tece a arena onde se darão as lutas sociais de criação e de consumo desses bens culturais.

REFERÊNCIAS

ARENA, D. B. **Maria, a mariposa, e Marieta, a borboleta.** São Carlos: Pedro & João, 2022.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

BUSTARRET, C. Les manuscrits littéraires modernes et leurs supports. In: CHRISTIN, A. M. (Org.). **Histoire de l'écriture: de l'ideogramme au multimedia.** Paris: Flammarion, 2012. p. 341-347.

BRASIL, Ubiratan. Entrevista com Roger Chartier. **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Caderno 2 Cultura, 20 de maio de 2001, p. D5.

ECO, U. **Apocalípticos e integrados.** São Paulo: Perspectiva, 1970.

ECO, U.; CARRIÈRE, J-C. *Não contem com o fim do livro.* Rio de Janeiro: Record, 2010.

MARTIN, H-J. L'imprimerie dans l'Occident. In. CHRISTIN, A. M. (Org.). *Histoire de l'écriture: de l'ideogramme au multimedia.* Paris: Flammarion, 2012. p. 353-369.

Recebido em 25/02/2023

Aprovado em 31/03/2023